



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De 02/12/2004
VISTO

2º CC-MF  
FI.

Processo nº : 10935.001818/98-11

Recurso nº : 112.572

Acórdão nº : 202-15.054

Recorrente : ESTOFADOS PLUS LTDA.

Recorrida : DRJ em Foz do Iguaçu - PR

**CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – PIS – SEMESTRALIDADE.** Na vigência da Lei Complementar nº 7/70, a base de cálculo do PIS era o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do respectivo fato gerador, sem correção monetária, observadas as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 17/73. A base de cálculo da contribuição só foi validamente alterada pela Medida Provisória nº 1.212/95.

**Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**ESTOFADOS PLUS LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 2003

Henrique Pinheiro Torres  
Presidente

Eduardo da Rocha Schmidt  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Ana Neyle Olímpio Holanda, Gustavo Kelly Alencar, Raimar da Silva Aguiar, Nayra Bastos Manatta e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10935.001818/98-11

Recurso nº : 112.572

Acórdão nº : 202-15.054

Recorrente : ESTOFADOS PLUS LTDA.

## RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração para constituição e exigência de crédito tributário relativo à Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), períodos de apuração de março de 1992, julho de 1992 a setembro de 1995, ao argumento de que a Contribuinte, ao considerar como base de cálculo o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, e não aquele imediatamente anterior, teria recolhido a Contribuição em valor inferior àquele devido.

O lançamento foi mantido pela DRJ, tendo a Contribuinte interposto oportunamente recurso voluntário.

Iniciado o julgamento do recurso, o Colegiado, entendendo que a base de cálculo da Contribuição para o PIS, nos períodos de apuração em questão, é o faturamento do sexto mês que antecedeu a ocorrência do respectivo fato gerador, resolveu converter o julgamento em diligência, para que, apurado o valor nominal do tributo nestas condições, fosse verificada a subsistência de saldos devedores.

Efetuada a diligência, verificou a autoridade preparadora, como se vê da informação fiscal de folhas 138 e 139, que “os valores pagos pelo contribuinte são suficientes para liquidar os débitos apurados na forma acima, desde que se utilizem os saldos pagos a maior em alguns períodos de apuração, atualizados de acordo com a NE SRF/COSIT/COSAR nº 8, de 26/07/1997, para compensar os valores pagos a menor em períodos posteriores (ano de 1995), conforme imputação de pagamentos de fls. 122/130”.

Regularmente intimada, concordou a Contribuinte com os valores encontrados pela Fiscalização.

É o relatório.

as//



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10935.001818/98-11

Recurso nº : 112.572

Acórdão nº : 202-15.054

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT

Como registrei em meu voto de folhas 104 a 113, cujas razões são parte integrante deste, entendo que durante a vigência da Lei Complementar nº 7/70, até o período de apuração de fevereiro de 1996, entendo que a base de cálculo do PIS era o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do respectivo fato gerador (art. 6º, p. único - LC nº 7/70), sem correção monetária.

Tendo a Informação Fiscal de folhas 138 e 139 apurado que em se levando em conta o critério de apuração da base de cálculo adotado pelo Colegiado, “os valores pagos pelo contribuinte são suficientes para liquidar” o crédito tributário constituído por meio do presente auto de infração, impositivo se apresenta o cancelamento da autuação.

Por todo o exposto, a vista do resultado da diligência, dou integral provimento ao recurso voluntário e cancelo o crédito tributário objeto do auto de infração inaugural.

É como voto. /

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 2003

Eduardo da Rocha Schmidt

EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT